



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDICIPINARES EM HUMANIDADES

CARLOS SIGA

PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA GUINÉ BISSAU (1994 A 2021)

REDENÇÃO, CE
2022



INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO INTERDICIPINARES EM HUMANIDADES

CARLOS SIGA

PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA GUINÉ BISSAU (1994 A 2021)

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de projeto de pesquisa do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

REDENÇÃO-CE
2022

CARLOS SIGA

PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA GUINÉ BISSAU (1994 A 2021)

Trabalho de conclusão de Curso em Formato de Projeto de pesquisa do curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 14 de julho 2022

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examindara: Prof. Dra. Silvana Krause

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Examinador: Prof. Dr. Segone Ndangalila Cossa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

Examinador: Prof. Ms. Justino Gomes

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

LISTAS DE SIGLAS

BM- Banco Mundial

FARP- Forças Armadas do Partido Revolucionário do Povo

FLING- Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné

FMI- Fundo Monetário Internacional

INEC - Instituto Nacional de Estatística e Censo

MB - Movimento Bafatá

PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde

PCD- Partido da Contingencia Democrática

PRS- Partido da Renovação Social

UNILAB -Universidade da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira

UNTG- União Nacional dos Trabalhadores da Guiné

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	6
2 JUSTIFICATIVA	8
3- DELIMITAÇÃO/ PROBLEMATIZAÇÃO DE PESQUISA.....	10
4 OBJETIVOS	12
4.1 OBJETIVO GERAL	12
4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	12
5. HIPÓTESES	12
6 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA.....	13
6.1 PARTIDOS POLÍTICOS E A DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU.....	13
6.2 O PARTIDO POLÍTICO COMO UMA ORGANIZAÇÃO REPRESENTATIVA: O CASO GUINEENSE	17
6.3 PARTIDOS POLÍTICO NA GUINÉ-BISSAU: CONTEXTO E ADVENTO DE UMA TRANSFORMAÇÃO?	24
7 METODOLOGIA.....	31
REFERÊNCIAS	33

1 APRESENTAÇÃO

A República da Guiné-Bissau tem uma área de superfície de 36.125 km. Situa-se na costa de África e possui uma população de 1.548.159 habitantes, segundo o último recenseamento realizado pelo INEC (Instituto Nacional de Estatística e Censo) em 2009. O país faz fronteira ao Norte com República do Senegal e ao Sul com a República da Guiné-Conakry e é banhado pelo Oceano Atlântico. Além do território continental, o país possui o Arquipélago de Bijagós com mais de 80 ilhas, sendo algumas delas desabitadas. A Guiné-Bissau possui clima tropical, dada a existência de terras inundadas pelos mares e pelo alagamento provocado pelas chuvas constantes.

Em 1991, devido às limitações de tempo e pressão civil, quando o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), enfrentou a contingência de iniciar um sistema multipartidário, decidiu convocar um congresso extraordinário para discutir os procedimentos e diretrizes a serem adotados na nova fase política que se iniciava. Então, cabia a cada partido elaborar as estratégias de desenvolvimentos do país e as a serem cumpridas.

Dessa forma, com essa iniciação do multipartidarismo na Guiné-Bissau como Estado Democrático de Direito, é uma forma onde a nação em que a soberania popular é fundamental. Além disso, é marcado pela separação dos três poderes do país, para que não haja incongruência entre a legislativo, o executivo e o judiciário, e a soberania do povo não seja prejudicada. É perceptível que na democracia, há uma representação, essa, em que os governantes são eleitos por meio do voto do povo, e logo, devem dirigir o Estado de acordo com a opinião de seus governados, os partidos políticos são órgãos essenciais ao regime. Não há democracia sem liberdade de pensamento, sem o livre debate de ideias sobre assuntos de interesse geral, sejam de ordem econômica, social, espiritual ou política.

De acordo com Schupeter (1984), o objetivo do Estado de direito democrático,

(...) tinha como objetivo fundamental assegurar o princípio da legalidade, segundo o qual toda atividade estatal havia de submeter-se à lei. Suas características básicas foram: a) submissão ao império da lei, que era a nota primária de seu conceito, sendo a lei considerada como ato emanado formalmente do Poder Legislativo, composto de representantes do povo, mas do povo-cidadão; b) divisão de poderes, que separe de forma independente e harmônica os poderes legislativo, executivo e judiciário, como técnica que assegure a produção das leis ao primeiro e a independência e imparcialidade do último em face dos

demais e das pressões dos poderosos particulares; c) enunciado e garantia dos direitos individuais. Essas exigências continuam a ser postulados básicos do Estado de Direito, que configura uma grande conquista da civilização liberal (SCHUPETER, 1984, p.16).

No caso da Guiné-Bissau, as mudanças constitucionais que eliminam a democracia e aumentam o poder dos governantes não só levam a perdas de valores democráticos como também fez com que as populações não acreditem na democracia. Dessa forma, a sociedade guineense entende que a democracia pode ser relegada em segundo plano para os políticos.

Segundo Bobbio,

(...) O Estado de direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder (BOBBIO, 2000, p.33).

A discussão sobre papel dos partidos políticos da instituição democrática na Guiné-Bissau nos leva, primeiramente, a pensar em diferentes debates, conceitos e concepções do Estado democrático, porque a modernidade começou a trazer o império da lei com base nas normas de poder por meio das regras as quais regulam a sociedade. Os países modernos se desenvolveram na medida em que puderam trazer direitos legais e liberdades individuais dispersos aos cidadãos.

Desde a implementação da democracia, a Guiné-Bissau começou lentamente a retroceder devido ao fenômeno relacionado à mudança geracional. Dessa forma, a nova geração está frustrada com a geração anterior, a qual não cumpriu as suas promessas, e tenta mudar as propostas, ideias e ideologias das gerações anteriores. Com isso, a nova geração passa a tornar as instituições do Estado insignificantes, o constitucionalismo teórico abusa da perda de valores democráticos e faz com que os opositores ataquem governos eleitos democraticamente. Segundo N'Bundé (2015), esses retrocessos condicionais ocorreram em todos os países adotantes do condicionalismo moderno.

Assim, os partidos políticos têm a responsabilidade de garantir o funcionamento das instituições do Estado, porém, se essas institucionalizações se encontram desorganizadas, logo, podemos inferir que tem a ver com o partido. Os princípios democráticos do partido são constantemente violados, o que leva a lutas individuais, conflitos de interesses entre radicais e à divisão de diferentes origens e diversificações

sociais. A Guiné-Bissau viveu várias turbulências políticas e sucessivos golpes de Estado, que acabam por interromper o funcionamento das instituições democráticas do país desde sua independência. Aliado a isso, a falta de conhecimento administrativo de alguns líderes partidários, contribui diretamente para o atraso do desenvolvimento da nação.

Dessa maneira, os partidos políticos detêm um papel fundamental na esfera política apresentando alternativas políticas dos programas, sendo os meios de ligação entre a sociedade e o Estado, observando que o sistema partidário guineense necessita ser aperfeiçoado para que esta atividade representativa dos partidos políticos de fato ocorra.

2 JUSTIFICATIVA

A escolha desse tema leva em consideração, em primeiro lugar, compreender o exercício analítico do papel dos partidos políticos bem como os princípios da construção homogênea, da criação do Estado Democrático, e da disputa das primeiras eleições multipartidárias no país, além dos conflitos sucessivos os quais acabam por comprometer cada vez mais o futuro da população guineense. Trago, no referido texto, discussões sobre o papel dos partidos políticos. Pois, atualmente esse papel está sendo feito de forma antagônico ao desenvolvimento e estabilidade da nação guineense. Então, é imprescindível literaturas sobre essa temática, a fim de outros pesquisadores se aprofundarem na pesquisa quanto a atuação dos partidos políticos que sejam colaborativas com o crescimento do país.

A intenção é de esclarecer ou pelo menos, contribuir para o entendimento e compreensão do que seja o partido político, bem como a sua principal função, qual seja, a de colaborar para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da democracia e do sistema político do país junto à sociedade, no sentido de orientar e formar os cidadãos participativos na vida política.

Nos anos 90 iniciou o pluripartidarismo, em seguida, em 1994 começaram as primeiras eleições gerais pluripartidárias. De forma central, a dificuldade se intensifica, pois, o poder não é mantido por muito tempo, de modo que um político entra, sai, logo, fragiliza e deixa instável devido ao processo de ruptura constante.

A política é essencial na sociedade mundial, portanto, os partidos políticos devem ir de encontro com às necessidades do povo para defender seus interesses e direitos. É por isso este trabalho visa esclarecer ou pelo menos facilitar a compreensão e entender

qual o papel do partido político e suas principais funções, contribuindo assim para colaborar com a democracia. Será abordada a base da hierarquização e, além disso, traz-se as perspectivas endógenas, os conflitos e as tensões políticas ocorridas no país durante uma iniciação democrática.

A partir das institucionalizações do pluripartidarismo, revemos a configuração na formação do governo e na direção dos partidos. Logo, cabe ressaltar a formação do primeiro governo pós-eleição pluripartidária pelos partidos e trazer à tona as tensões geradas. Para além disso, observaremos o impacto causado na estabilidade política, tornando, assim, o país agora instável.

Certamente que, as estruturas políticas dos partidos são desafios que acarretam um impasse constitucional e esse intensifica-se no período de crises entre os poderes do Estado. Logo, a estruturação da hierarquização de pasta é essencial como a descentralização de poderes governamentais partidários. No entanto, o enfoque da literatura é compreender o papel dos partidos políticos no Estado democrático, e como também o desempenho de um elenco governamental tão importante para a ascensão do país.

Nesse sentido, a proposta de pesquisa sobre papel dos partidos políticos na Guiné-Bissau justifica-se pela falta de uma preparação sólida para ancorar a entrada e a implementação do pluripartidarismo no país de forma eficaz e efetiva. Além disso, as ambições dos dirigentes causam algo negativo no sistema dos partidos políticos para governança do Estado moderno e democrático, resultando, então, em um pensamento ligado a si mesmo financeiramente, quando o dever deles seria o de manter os direitos do povo. Entretanto, a crise política sucessivamente somada às inúmeras reinterpretações de direitos e garantias fundamentais dos governos, legitimados através dos aspectos formais, mostra-se veementemente nos partidos opositores e militares. Portanto, representam risco sempre à ordem constitucional da República da Guiné-Bissau.

É notório que os partidos políticos rejeitaram e violaram as leis da constituição da República. A chamada Lei Magna, no entanto, enquadra justificativas de necessidades extraconstitucionais o que leva à facilidade e à flexibilidade de o presidente da república escolher e nomear o procurador geral, o comandante geral das forças armadas, além de dissolver o parlamento em caso de grave crise política e escolher o Primeiro-Ministro. Sendo assim, esse poder que é dado ao presidente gera instabilidade e crise política, como se tem até o presente momento.

Dessa forma, este projeto contribuirá para fortalecer e ampliar o debate em torno do fortalecimento dos partidos políticos na construção de um Estado Democrático de Direito. Como resultado, os jovens de futuras gerações serão iguais a uma engrenagem para alavancamento e reconfiguração positiva da África, para uma união dos países e para os benefícios em prol de todos. Todavia, tais fatos só podem acontecer quando o público mais jovem lutar para ajudar toda a sociedade para além dos guineenses e construir, assim, uma política sólida, segura e justa, saindo dessa crise avassaladora que perdura há mais de uma década.

3- DELIMITAÇÃO/ PROBLEMATIZAÇÃO DE PESQUISA

O presente trabalho terá como recorte especial na Guiné-Bissau, para entender o papel dos partidos políticos nas instituições de um Estado Democrático de direito no período de 1994 a 2021.

Passados 27 anos de independência desde abertura democrática na Guiné-Bissau, com as realizações das primeiras eleições gerais multipartidárias em (1994 a 2021). O país vive com crise econômica, com uma guerra civil, diferentes golpes de Estado, assassinatos e crises políticas. A instabilidade política tem sido quase permanente nos últimos 27 anos. As tensões políticas aumentaram novamente quando o Umaro Sissoco Embaló assumiu a presidência da república em meio a protestos do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O partido não reconhece a vitória de Sissoco Embaló, alegando irregularidades nas eleições presidenciais.

A Guiné-Bissau já realizou seis eleições legislativas e igual número de presidenciais, mas a estabilidade e o progresso continuam a ser uma miragem. Nenhum governo resultante das eleições conseguiu completar seu mandato de quatro anos e apenas uma vez um Presidente eleito atingiu o mandato de cinco anos.

O presente trabalho servirá como suporte especial para compreender o papel dos partidos políticos na Guiné-Bissau, numa pesquisa em que iremos analisar os comportamentos de políticos no exercício institucional e, consequentemente, destacar o funcionamento de uma país democrático.

Isto posto, prevemos a relevância de fazer as seguintes indagações: será que os partidos políticos assumiram com responsabilidade o estatuto do próprio partido e da constituição da República da Guiné-Bissau?

Porque os partidos políticos passaram a constituir ao longo da história do país a imagem de não respeitar a constituição da República e do próprio estatuto do partido? A política pública guineense será a consequência as ações e vontades de um partido político como sujeito coletivo sempre levam em conta a vontade de sua base de sustentação, a organização partidária se transformará, assim, em um catalisador de políticas públicas. O princípio básico do Estado e de partidos é o de proporcionar na medida do possível, que cada partido se preocupe em tornar hegemônicas suas ideias e concepção do mundo, ou seja, os princípios da democracia e da disciplina intrapartidária. Os partidos políticos têm que ser uma força viva, atuante e respeitar a constituição da República, e o estatuto do partido.

As promessas feitas no momento das eleições para populações são cumpridas? as agremiações partidárias não podem existir apenas para convencer os eleitores na véspera das eleições. Ou seja, nenhuma agremiação partidária da Guiné-Bissau conseguiu cumprir a sua promessa feita no momento da disputa para as eleições, é preciso que a população guineense fazer um olhar crítico sobre as perspectivas apresentados por parte do partido político nas vésperas das eleições, que acaba fazendo promessas exageradas e que dificilmente serão cumpridas. As massas não poderiam mais a ficar à margem das questões das promessas feitas não cumpridas, é necessária dedicação para a aplicação de tudo necessário para cumprir tal promessa feita no momento das eleições.

Qual seria o papel dos partidos políticos no Estado democrático? o papel da organização, é que todos os partidos ou elites deveriam se preparar as pessoas para colaborar a fim de alcançar efetivamente a democracia. Neste regime, se a opinião é a base justa do poder, ou base legítima da autoridade, os partidos políticos devem ou deviam corresponder à opinião pública organizada aos órgãos valiosos de expressão e formação política, unindo, sob a mesma bandeira de princípio, para um único propósito sobre o pensamento comum a respeito de política e problemas de governo e da população.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o papel dos partidos políticos no Estado Democrático de Direito na Guiné-Bissau (1994-2021).

4.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Entender a institucionalização e formação dos partidos políticos na Guiné-Bissau de ponto de vista estatutário, ideológico na democracia representativa;
- b) Analisar as narrativas sobre o papel que os partidos políticos vêm desempenhando no processo de consolidação e de desenvolvimento da Guiné-Bissau;
- c) Aprofundar a presença de partidos políticos como órgãos privilegiados na representação do cidadão junto às instâncias políticas e estatais.

5. HIPÓTESES

H¹- Os partidos políticos na Guiné-Bissau são fundamentais, pois, através de diferentes ideologias apresentadas sobre convicções políticas existentes na sociedade contribuirá com as condições de direitos políticos que são oportunidades favoráveis entre os indivíduos para desenvolvimento do país na esfera sócio-histórico-cultural, refletindo socialmente em todos os campos.

6 FUNDAMENTAÇÃO TEORICA

Essa fundamentação tem como base as teorias de autores os quais construíram os trabalhos bem-fundamentados e coesos, cuja abordagem incide na democracia, no que diz respeito as instituições sobre os partidos políticos no país de partidarismo no caso da Guiné-Bissau, a saber: Mezzaroba (2001), Santano, Kozicki (2017), Sucuma (2012) Bobbio (2000) e M'bundé (2015) e demais.

Vale ressaltar que essa pesquisa trata de três seções: Partidos políticos e a democratização na Guiné-Bissau; a segunda; O partido político como uma organização representativa: O caso guineense; e a terceira Partido político na Guiné-Bissau: Contexto e advento de uma transformação?

Em virtude, do que foi mencionado, é imprescindível que historicamente a Guiné-Bissau visou avançar, e uma das esperanças de construir e desenvolver um país melhor por meio dos partidos políticos, votos e democratização. Então, algo negativo dentro do campo político que consiste de forma cíclica, causa danos imensuráveis socialmente. Faz-se então, para deleitar e compreender a literatura, entender o surgimento do partidarismo guineense.

6.1 PARTIDOS POLÍTICOS E A DEMOCRATIZAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU

Depois da Guiné-Bissau alcançar a independência, o PAIGC foi instituído como o único partido político legal do país e de Cabo Verde, cuja, finalidade na altura lutar contra regime imperialista na altura, depois da independência esse partido passa a comandar o país até no meado do ano 1991, onde deu a abertura à democracia que permitiu a criação dos vários partidos políticos no país.

De acordo com Benetatti (2013), afirma que;

a criação de partidos políticos só é possível a partir do momento em que os sistemas políticos exibem um grau de complexidade interna, autonomia e fragmentação sobre participação na tomada de decisões em diferentes setores da sociedade política. Por outro lado, estão os representantes daqueles que aceitam as decisões políticas interesse. Nesse conceito de festa, todas as organizações que entram na sociedade Direitos civis decorrentes do reconhecimento do direito do povo de participar vida política. É para isso que as partes se unem e atuam (BENETATTI 2013, p.17).

Os partidos aparecem pela primeira vez nos países que adotaram a forma de governo representativo, que tem como forma de participação, a cívica e social na sociedade, o povo elege o seu representante a fim de que esses lutem pelos direitos dos que o elegeram, para melhor qualidade em vários aspectos. Esse modelo de governo proporciona maior democratização e a participação do povo na vida política, que decorre da grandeza relacionada às mudanças econômicas e sociais que alteram a atual ordem de poder. Benetatti (2013), confirma que, é a partir do resultado dessa representação, que surgem partidos políticos que atuarão como interlocutores entre o povo e aqueles que irão representá-lo.

A Guiné-Bissau acedeu à democracia oficialmente no início de anos 90, segundo Cardoso (1995), com as realizações das primeiras eleições multipartidárias no referido ano. Desde 1990, o sistema foi implementado em várias partes do continente africano, incluindo a Guiné-Bissau. No entanto, para isso, o país precisou alterar vários pontos de sua carta magna, pois o poder que estava concentrado em regime de partido único, ou seja, na referida constituição, o PAIGC goza do privilégio de ser o único líder das forças partidárias da Guiné-Bissau. Para isso com a amortização e a criação de algumas leis, aprova-se e permite-se a criação das outras forças partidárias, dando início oficialmente a abertura política nesse país africano.

Segundo Cardoso (1995), Koudawo (2001), e Amado (2005) a Guiné-Bissau aderiu ao multipartidarismo devido às pressões externas como: Banco Mundial (B.M) e Fundo Monetário Internacional (F.M.I). Após o colapso dos países socialistas durante a Guerra Fria, a Guiné-Bissau não poderia se beneficiar mais do apoio dos seus principais parceiros (União Soviética, Cuba e China) e enfrentou uma grave crise econômica e acabou voltando à Organização Financeira Internacional, duas vezes na década de 1980 sem sucesso.

De acordo com Djaló (2020, p.14),

o FMI e BM aplicaram em vários países africanos seu “Programa de Ajustamento Estrutural” com fins de expurgar as crises econômicas, na Guiné-Bissau, o programa foi aplicado a partir de 1983 e só terminou com a liberalização econômica em 1987. O transferir 14 do sistema econômico acarretou a incompatibilidade entre a liberalização econômica de um lado e do outro lado o sistema político permaneceu centralizado. As Instituições de Bretton Woods, FMI e BM exigiram em troca dos empréstimos econômico-financeiros que os países africanos abandonassem o modelo socialista de economia centralmente planificada pelo Estado e aderissem o modelo de economia de livre mercado, na qual a presença do Estado é mínimo. As reformas exigidas

pelo FMI e Banco incluíam o redimensionamento das grandes empresas estatais que empregavam milhares de trabalhadores e a sua privatização ou alienação pelo capital estrangeiro. Tais reformas impostas de fora para dentro com receitas que nada tinham a ver com as realidades locais incluíam despedimentos em massa de trabalhadores e transformação das empresas e indústrias em sociedades privadas com menos de uma centena de trabalhadores. Países africanos como a Guiné-Bissau que antes eram os maiores produtores e exportadores de castanha de caju, perderam a liderança para países como Índia e Brasil.

Agora, na afirmação de Cardoso (1995), essas organizações concluem que conscientização da vulnerabilidade econômica inicialmente enfrentada pelos países africanos nesses momentos, após a independência e a ausência de democracia e existência de um partido único. As citações a seguir revelam de que forma as organizações internacionais condicionaram os países africanos rumo ao multipartidarismo:

Diante do insucesso da política de Ajustamento Estrutural nos países africanos, o Banco Mundial, no seu relatório de 1989, afirmava que para ultrapassar a crise de desenvolvimento em África era necessários “esforços sistemáticos para formar uma estrutura pluralista, uma vontade firme a respeitar, um Estado de direito e proteção forte da liberdade de imprensa e dos direitos humanos” (AMADO, 2005 p. 125).

Nas afirmações do Djaló (2020) mostra que, o PAIGC só deu passo gigante à democracia a partir de 5 de Maio de 1991, quando começou a separar as instituições estatais, dividiu as Forças Armadas do Partido Revolucionário do Povo (FARP); a maior força sindical do país, o Sindicato Nacional Trabalhadores na Guiné-Bissau (UNTG), também destituídos de privilégios partidários tornar-se, a única força partidária do país revogando o artigo 4º da Constituição República de 1984, considera o PAIGC como a única grande força partidária da República da Guiné-Bissau. Foi nestas condições que se deu a nossa transição política, administrada por um partido que não exerceu a democracia como deveria ser.

Com base nisso M'bundé (2015), afirma que os partidos políticos se apresentariam como instrumentos da vida social e buscariam moldar politicamente o Estado, mas na Guiné-Bissau parece é contrário. Desde a implementação da democracia no país, nunca houve um partido político que conseguiu mudar as vulnerabilidades. Isso leva a afirmar que, de certa forma, o papel dos políticos é totalmente contrário daquilo que deve ser.

Com isso, M'bundé (2015), corrobora afirmando que,

a proliferação de partidos na Guiné-Bissau, resultante da abertura democrática na primeira metade da década de 1990, deu abertura a um contínuo período de recorrentes crises políticas no país, ao longo da

primeira década de 2000. Esse quadro político caótico será caracterizado por vários episódios de interrupções do normal funcionamento da vida política e institucional do país. O referido círculo vicioso de instabilidade política é decorrente de golpes de Estado e, sobretudo de destituições de governos através da criação/fabricação de novas maiorias e minorias parlamentares. Este cenário político, cuja permanência tem comprometido a governabilidade e contribuído muito para a constante ruptura democrática neste país africano de língua oficial portuguesa, pode ser compreendido a partir de causas exógenas ao sistema partidário, como também pode-se buscar elementos no âmbito de relações intra e interpartidárias para explicá-lo (M'BUNDÉ, 2015, p.45).

A crise, portanto, foi provocada por um comportamento de gênero mafioso nos altos cargos do governo. Entanto, aos olhos dos guineenses esta veio a transformar-se numa crise relativa aos problemas fundamentais de desenvolvimento nacional, ao modo como o Governo tratava desses problemas e ao fato de este não assumir a responsabilidade sobre eles.

Segundo Cardoso (1995), o PAIGC não aprova a participação dos partidos políticos e a descentralização que a acompanha, continua sua abordagem ditatorial, chegando até usar armas como a espingarda. Para o mesmo autor, a relação entre o partido único e as novas oposições foi agitada, por causa disso, as eleições tiveram que ser adiadas muitas vezes.

Nas perspectivas do Koudawo (2001), esses confrontos entre o partido no poder e a oposição recém legalizada, nos indica que o PAIGC não se conformava em fazer uma abertura clara e nem respeitava as regras dos jogos democráticos. Ou seja, os partidos políticos que vivenciaram um sistema de partido único não aceitam um sistema que permita disputas de poder. Assim como o PAIGC mostrou ambição e apego ao poder, também aconteceu em Moçambique e Angola, onde os partidos que lideram a luta pela independência nos países africanos de língua portuguesa não estavam interessados em abraçar o pluralismo político.

Por outro lado, Cardoso (1995), salienta que a oposição guineense foi uma oposição enfraquecida, pois na altura tinha doze forças partidárias na Guiné-Bissau, em vez de se unir para desestabilizar o PAIGC, eles acabaram por entrar em confrontos entre eles. Assim, a partida foi organizada num fórum consultivo que reuniu quatro partidos políticos: a Frente de Libertação para a Independência Nacional da Guiné (FLING), o Partido da Contingência Democrática (PCD), o Partido da Renovação Social (PRS), devido às ambições hegemônicas de seus dirigentes, esses partidos e alianças não foram

muito longe. Felizmente, segundo ele, “alguns partidos, como o PCD e o Movimento Bafatá (MB), as duas forças partidárias mais proeminentes, se percebem mais como adversários políticos do que como parte da mesma luta” (CARDOSO,1995, p.33).

Djaló (2020), enfatiza que,

o mandato do PAIGC não conseguiu trazer as mudanças socioeconômicas para o país, e além disso, também inverteu o plano de desenvolvimento planejado pelo Amílcar Cabral, que propunha o desenvolvimento das agriculturas locais, para extinguir a pobreza. Estes chegaram ao poder optaram por criar as indústrias. Portanto, partido-Estado acabou por cair nos erros de imitabilidade dos métodos de desenvolvimento dos países capitalistas. Entretanto, esses métodos não tiveram sucessos e obrigou a Guiné-Bissau a cair nas dívidas elevadas (DJALÓ, 2020, p. 20).

O que se nota é que a Guiné Bissau desde o início da criação dos partidos até o presente, encontra-se dúbia em relação aos objetivos que deve atingir. De encontro, ao que foi exposto, Djaló (2020) ratifica que o país se tornou refém da classe política, essa, que deveria ser sinônimo de libertação do que não faz o país desenvolver. Em consequência desse fato, líderes por falta de vontade fomentam a instabilidade. O dever seria de garantir elementos básicos, como a educação, saúde, segurança, infraestrutura e emprego.

Como já mensurado, é preciso rever com uma ótica crítica como está a representação da nação guineense no campo político.

6.2 O PARTIDO POLÍTICO COMO UMA ORGANIZAÇÃO REPRESENTATIVA: O CASO GUINEENSE

As funções dos partidos políticos na Guiné-Bissau são de extrema importância no processo democrático, ou seja, independentemente da estrutura de cada partido, das suas posições e ideologias que são inerentes, e como a todos aqueles que impulsionam os cidadãos a formar e participar do debate político e discutir questões existentes com a sociedade em si mesma. Podem ser questões políticas, culturais, econômicas, estruturais dentre outras. De acordo com os autores sociais como: (Bobbio (2000), Cardoso (1995), Santano Kozicki, (2017), e N`bundé (2015)), afirmam que os partidos políticos têm o dever de discutir seus planos de governo com a população e monitorar sua fiel execução em caso de oposição, inclusive propondo alternativas. Todo esse trabalho com a

sociedade deve ser feito de forma contínua, objetiva, aprimorada e próxima ao Partido e à sociedade.

Assim sendo Benetatti (2013), afirma que,

porém o que se nota atualmente, e já faz algum tempo, é que os partidos não cumprem com seus deveres de partidos junto à sociedade. Ocorre um distanciamento deles em relação ao povo que os elege. Esse distanciamento só é quebrado quando da aproximação no período eleitoral, momento este em que os partidos lançam seus candidatos a cargos eletivos com a única intenção de elegê-los. Óbvio que essa aproximação com o povo só ocorre porque é através dos votos destes é que conseguirão eleger seus candidatos. Passado o período eleitoral a atuação dos partidos junto à sociedade desaparece, praticamente saem de cena, preocupados somente com os interesses de grupos que representam na política, e seus próprios (BENETATTI, 2013, p.29,30).

Para N'bundé (2015), a história política da Guiné-Bissau está ligada ao longo de vários períodos com diferentes sistemas partidários. Djalo (2020), “a partir de 1994, se realizou a primeira eleição geral na Guiné-Bissau, portanto, o país entrou oficialmente no regime democrático”. Por muito tempo, até hoje, certas identidades pessoais dos eleitores podem ser vistas, ao invés de um reconhecimento entre cidadãos e partido políticos, ou seja, “o cenário resultante é altamente competitivo, mas trata-se de uma competição personalizada [...]” MELO (2007). Uma conexão entre a população e partidos políticos não é uma tarefa fácil. “Nesse sentido a Guiné-Bissau não está perto de alcançar uma estrutura partidária estável, pois atualmente possui uma força partidária altamente fragmentada”. Este sistema implementado no país hoje é muito desagregado, o que dificulta aproximações possíveis entre eleitores e eleitos (MELO, 2007, p.47).

O partido político é protagonista do Estado, sua mediação é irremovível e tendencialmente exclusiva na representação política global, ainda, porque o mandato exercido pelos parlamentares se acha condicionado pelas diretivas partidárias. (SOUSA, 1984). Logo, além de incorporar os eleitores no quadro das preferências ideológicas, os partidos políticos, elementos básicos das pessoas em torno da mesma ideologia que espalham, dando uma previsibilidade de suas decisões quando no exercício de um poder político.

Barber (2019) destaca quatro papéis importantes dentro do Estado moderno e representativos:

a) eles fornecem estruturas dentro das quais as pessoas com visões amplamente semelhantes podem discutir políticas e trabalhar em conjunto para produzir plataformas políticas coerentes. É improvável que um membro de um partido político tenha opiniões informadas sobre

o todo gama de atividades do estado, da saúde à defesa, da educação às relações internacionais. Trabalhando com os outros permite que um membro do grupo seja parte de um processo que produz uma política de forma completa que varia em toda a disseminação do governo. b) os partidos permitem o controle democrático da administração, pois admitem que o lado democrático da estrutura organize um conjunto de pessoas que possam supervisionar o ramo administrativo, pondo em vigor as decisões do legislativo. Nos sistemas presidencial e parlamentar, o partido age como uma ligação entre o executivo e o legislativo. c) contribuem para o funcionamento das eleições dentro do Estado, especialmente quando são grandes demais. Os partidos colaboram para todos eleitores conhecerem os candidatos a eleição bem o suficiente para julgar suas propostas, suas carreiras, seus pontos de vistas. d) Finalmente, os partidos políticos fornecem um canal para o engajamento público na política entre as eleições. Uma das críticas recorrentes à democracia representativa é que ela só permite o envolvimento público em época de eleição. Essa preocupação pode ser mitigada pelo desejo dos representantes de serem reeleitos. Eles precisarão justificar suas ações ao seu eleitorado, logo as estruturas partidárias fornecem um meio para os cidadãos contornar seus representantes locais e se envolver diretamente com a política.

Há muitas razões legais, sociais e políticas para encontrar a pertinência dos partidos políticos para representatividade da população de uma forma liberal. Trata-se de uma conquista civilizatória relativa à representação do povo, nos órgãos do poder do Estado, especialmente dada uma sociedade cada mais diversificada. As pessoas precisam de uma democracia representativa indireta, cujas vozes passam pelas instituições e declaração duradoura.

Segundo Mezzaroba (2001),

os partidos políticos apresentam-se como instituições políticas, compostas por grupos sociais livres, sendo seus membros unidos por “uma ação política comum delimitada por uma determinada ideologia e orientação”. Os partidos políticos são o produto da representação e, ao mesmo tempo, buscam representar as “diferentes correntes do espírito político, que animam a vida do povo dentro da ordenação jurídica e constitucional”. Por outro lado, as facções representam a deformação dos partidos, sua forma degenerada. Enquanto os partidos buscariam o aperfeiçoamento do Estado, as facções o destruiriam. Enquanto a “construção progressiva do Estado é obra dos partidos, (...) a desintegração do Estado revela ser tipicamente atividade das facções” (MEZZAROBA, 2001, p. 38).

Na leitura de Mezzaroba (2001), se um partido tenta subordinar os interesses nacionais aos seus interesses específicos, deixa de atuar como partido para assumir a função de facção. Porque para ele, via de regra, “a facção não tem por objetivo servir ao

Estado, mas, simplesmente fazer com que o Estado a sirva. Isso é a facção não tem como finalidade servir aos interesses comuns”, somente aos seus próprios interesses egoísticos.

Em relação aos atritos dos partidos políticos, a fala do autor Robert Michels (1982), enfatizou alguns conflitos internos ao partido, porém, mostrou que é “luta de classes” “o verdadeiro a palavra política é preocupação a serviço do bem comum de todos e não a política de interesses pessoais”. Muitas das vezes, aquilo que nós constatamos na Guiné-Bissau é totalmente diferente em relação ao sentido da palavra política. Assim, o que nós percebemos é que as pessoas deixaram a ideologia verdadeira da palavra de lado por mero interesse pessoal, hoje em dia notamos que os políticos não têm uma ideologia firmada, eles mudam de acordo com seus interesses pessoais.

Robert Michels desenvolveu esta ideia:

na arena dos combates políticos, sociais e culturais entrou um terceiro elemento, nascido de fato dos interesses e dos sentimentos, mas que em grande medida, na sua estrutura e nos seus objetivos, se assemelha ao Estado, de tal modo que pode ser entendido como uma espécie de Estado individualizado ou como um Estado dentro do Estado. Este novo elemento, que representa um significativo coeficiente da história contemporânea, é hoje o partido político (MICHELS, 1982, p.9-10).

Dessa forma, a realização da promessa da democracia tornou-se uma meta programática inerente a algumas organizações partidárias. Afinal, conforme salienta García-Pelayo, “só os partidos podem cumprir a função de transformar as orientações e atitudes políticas giradas vividas por certos setores da sociedade em programas de políticas nacional” e também só os partidos podem “converter as necessidades expressas ou latentes e os desejos mais ou menos difusos de parcelas da população em pretensões precisas e concretas” a serem realizadas pelos poderes públicos.

Destarte, que os partidos políticos na Guiné-Bissau ocupam uma esfera importante na sociedade atualmente, independentemente de um clima de insegurança e impotência, além de ser refém de uma classe política castrense dividida. Para Koudawo (2001), porém, mesmo assim, eles desempenham as funções que permite as populações expressar as suas opiniões nas urnas através das vias legais como visa a democracia.

Uma vez que um partido político nasce, é necessário colocá-lo em ordem. Isto é, um partido será uma das formas representativas utilizadas pela sociedade. Portanto, os “Princípios Organizadores devem ser considerados como uma condição absoluta para luta política das massas” (MICHELS, 1982). O partido delega algumas tarefas que

representam as aspirações do povo, e a organização surge para igualar os cidadãos envolvidos. Para o autor “Uma organização forte exige, por razões tanto de técnica administrativa quanto de tática, uma direção igualmente forte”. Os partidos políticos devem ter um número considerável de pessoas que lhe servem. Essas pessoas se dedicarão a ajudar os próprios representantes do partido, no entanto, é preciso ressaltar que a quantidade de indivíduos que se importam por questões relativas à sociedade é muito pequena.

Para Michels, (1982),

não é exagero afirmar que entre os cidadãos dotados de direitos políticos, o número dos que realmente se interessam pelos assuntos públicos é insignificante. Na maioria dos indivíduos, é muito pouco desenvolvida a consciência das íntimas relações existentes entre o bem individual e o bem coletivo. A maior parte deles não tem a menor suspeita das influências e das reações que os assuntos desse organismo a que chamamos Estado podem exercer nos seus interesses particulares, na sua prosperidade e na sua vida (MICHELS, 1982, p. 27).

Essa falta de interesse acaba levando as organizações partidárias a ficarem presas em um fator: as decisões são tomadas por um pequeno número de pessoas. Os membros apesar de poucos, podem tornar-se dirigentes do partido, pois, “todos os meios válidos para conquistar o poder” Segundo Michels (1982), uma vez este conquistado, é o desafio do eleito é a manutenção do poder adquirido. Enquanto o indivíduo passa a liderar o partido de uma forma “Oligárquica” continue praticando a democracia, porque uma coisa não é contraditória. Nesse sentido, o autor afirma que, “toda organização partidária representa uma poderosa oligarquia que repousa sobre uma base democrática. Encontram-se em toda parte eleitores e eleitos. Mas encontra-se também um poder quase ilimitado dos eleitos sobre as massas que os elegem” (MICHELS, 1982, p. 247).

Os partidos políticos também são guiados pela ideologia, pois não definem a identidade dos partidos sobre organização. Mas sim é a partir das ideias do partido, e quando isso acontece, os líderes têm a responsabilidade de colocar as estratégias como a de incentivar seus colegas e ao público. Além disso, os líderes têm a tarefa de manter o partido político numa estabilidade, Panebianco (2005). Ou seja, “[...] a permanência no tempo de certa ordem organizativa depende do sucesso do acordo entre o objetivo de estabilidade dos líderes e os outros inúmeros objetivos que podem ser alcançados no interior da organização” (PANEBIANCO, 2005, p. 87).

Toda organização tem uma estrutura, uma base que a sustenta e nem um partido político é diferente. Porém, “cada partido político possui a sua especificidade e personalidade, o que significa que a questão estrutural se modifica de acordo com cada um. Há necessidade de uma organização e de uma estrutura que seja capaz de assegurar o bom funcionamento do partido adequadamente nas disputas eleitorais” (DUVERGER, 1970, p.26).

Segundo Duverger (1970),

[...] os partidos políticos possuem tipologias que diferem a partir de sua estrutura. O primeiro tipo é denominado partido de quadros. Os princípios e características desse modelo nasceram no início do século XIX. Nesse caso, o partido de quadros busca somar em sua base pessoas que são consideradas notáveis e capazes de levar o partido a vitória eleitoral. Desta forma, está conectado com as classes dominantes, isto é, com as elites sociais que auxiliam em campanhas eleitorais. Aqui, a qualidade importante mais que tudo: amplitude do prestígio, habilidade da técnica, importância da fortuna. O segundo tipo destacado pelo autor é o partido de massas. Tal modelo surgiu no final do mesmo século e possui maior aceitação e afinidade por parte da população. Desse modo, conta com pessoas altamente interessadas em participar da política e que contribuem com as ações do partido, ou seja, está diretamente ligado com as classes populares. Sendo assim, o que os partidos de massas obtêm pelo número, os partidos de quadros obtêm pela escolha (DUVERGER, 1970, p. 100).

Os partidos políticos se remodelaram ao longo dos anos na Guiné-Bissau. Suas estruturas organizativas não permanecem as mesmas, assim como suas formas de representatividade e de novos membros. “As organizações partidárias nesse país crescem nesses últimos anos em busca de poder, e a adicionar mais eleitores aos seus partidos”. A respeito disso, a transformação que ocorre nos partidos políticos hoje em dia não significa que só dentro da organização, mas sim, mudou em geral. Há outras que dão vida ao jogo político e precisam de se adaptar com as novas mudanças. Dessa forma, “os partidos buscam mais a competição, causando assim um nível elevado de atividades nas políticas. Há uma flexibilidade para abraçar a mudança e conquistar novos eleitores, para tornarem os partidos políticos que são pensados como organizações que andam de mãos dadas com a modernidade” (DAHL, 1997 p. 33).

Duverger (1970), afirma que,

em princípio, a eleição reina em todos os escalões; na prática, manifestam-se tendências oligárquicas poderosas. A doutrina desempenha papel muito mais importante no âmbito do partido: em

lugar de agremiações pessoais, as rivalidades assumem ali o aspecto de uma luta de tendências. O partido, aliás, espraia-se além do domínio puramente político para invadir o terreno econômico, social, familiar etc (DUVERGER, 1970, p. 36).

Quando o partido passa a fazer parte da vida das pessoas, acontece uma identificação partidária concebidas por elas. Para Duverger (1970), a noção de membro de um partido político possui concepções distintas. Seu significado não é mesmo, mudando de um partido para o outro. Michels (1982), alega que uma das principais características ou missões de um partido é fazer com que mais pessoas se identifiquem com ele e a partir daí recrutam outros membros. Sartori (1962), alinha nessa mesma perspectiva de que, quanto o maior número de apoiadores, mais diversa será a composição do partido, se a sociedade é feita da pluralidade de pensamentos, maior ainda a necessidade de formar grupos que representem essa diversidade. Para que haja essa representação é preciso que esses grupos participem da competição eleitoral que se formaliza através de um sistema.

Nessa linha Sartori diz que,

os partidos só constituem um “sistema” quando são partes (no plural); e um sistema partidário é precisamente o sistema de interações resultante da competição interpartidária. Isto é, o sistema em questão apoia-se na relação que os partidos mantêm entre si, na maneira pela qual cada partido é uma função (no sentido matemático) dos outros partidos e a eles reage competitivamente ou não (SARTORI, 1962, p. 65).

Nesse sentido, é preciso compreender os motivos da fragilidade dos partidos políticos e suas consequências, para que busquem uma forma de corrigi-lo. Porque, “[...] os partidos sociais poderosos e entrincheirados são a consolidação da democracia é indispensável” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 9). Analisa-se os dois casos discutidos na questão partidária da Guiné-Bissau para entender ambas perspectivas existem posições diferentes por causa da “interpretação da coerência partidária” nesse país africano parece seguir um padrão cíclico, às vezes enfatizando evidências de vulnerabilidade, às vezes enfatizando Organização Nacional do Partido” (SANTOS, 2001, p. 69).

De acordo com Daalder (2003),

o Estado de partidos, em seu sentido negativo, seria o reflexo de como as elites políticas utilizam os partidos para seus interesses privados, camuflados como ideologias. Também seria a ideia de que os partidos, antes instrumentos de representação dos cidadãos, tornaram-se barreiras para o acesso dos indivíduos ao Estado e da reivindicação dos interesses gerais. A partir disto, os partidos perderam as suas características mais importantes para a democracia, acabando por alimentar ainda mais a desconfiança social contra eles mesmos. (DAALDER, 2003, p.51).

Diante do que já foi mencionado, percebe-se que no decorrer da história, os partidos se distanciaram de suas características, essas que levam à democracia, sendo então, uma forma de manter a sociedade sem confiança. Parece que a intenção inicial de representatividade política vinculada aos partidos se perdeu com o tempo e está cada vez mais difícil de recuperá-la. Observando a organização dos partidos políticos, cabe também analisar a o papel desses partidos políticos que representam o povo.

6.3 PARTIDOS POLÍTICO NA GUINÉ-BISSAU: CONTEXTO E ADVENTO DE UMA TRANSFORMAÇÃO?

Os partidos políticos devem ser vinculados à constituição; devem definir metas ambiciosas para produzir e responder à necessidade real de reformas institucionais. É a organização e operação esperada do poder político que determina o papel de todas as partes, e a importância de desenvolver sua estrutura de atividade. Outra reforma que tem uma conexão clara com os partidos políticos é a lei eleitoral. Logo, a consistência da estrutura institucional da Guiné-Bissau reside nos cargos desenvolvidos por eles.

Cerroni (1982) compreende de que,

o partido político deve ser ambicioso e modesto como o cientista, e como bom intelectual coletivo, de descobrir a virtude da ciência, duvida metódica na corajosa pesquisada verdade, a persistente finalização das menores operações, a fantasia criadora e a disponibilidade antidogmática para a experimentação (CERRONI, 1982, p.72).

Levando em consideração a afirmação do autor, mostra-se que o papel dos partidos políticos é louvável e sublinha-se que, de fato, os nossos políticos têm de agir de acordo com a vontade coletiva da população guineense, porque nos representam nas instituições do Estado; e por isso, o partido é produto da representação e ao mesmo tempo,

busca representar as “diferentes correntes do espírito político, que animam a vida do povo dentro da ordenação jurídica e constitucional”.

Por outro lado, Mezzaroba (2001), diz que

A eleição, acima de tudo, deve ser a manifestação de confiança do representado nesse sujeito coletivo que é o, reconhecido partido formal e politicamente pelas suas funções. A escolha do eleitor, obviamente, deve sempre recair sobre um programa partidário com o qual mais se identifique. Em contrapartida, resultado de construção coletiva, esse programa somente poderá ser modificado por meio de processo político intrapartidário amplo e democrático, que permita a efetiva participação do conjunto de seus autores (MEZZAROBÀ, 2001, p.34-35).

Os partidos políticos também na Guiné-Bissau, são vistos como ferramentas relevantes em função de desempenho da opinião pública, ao escolher e permitir canais de comunicação entre a sociedade e o Estado. “Se há política, há partidos” uma vez que a sua existência é necessária para qualquer regime democrático. Portanto, eles também estão diretamente vinculados ao lado mais “nebuloso” das instituições públicas, mostrando talvez a posição mais “incomoda” dentro desse campo político. Santano e Kozicki, (2017), afirma que, a trajetória histórica dos partidos políticos tem acompanhado o próprio desenvolvimento das sociedades democráticas ocidentais, já que, desde o século XIX, os partidos políticos gradualmente se integraram aos olhos do público para dar suporte às demandas aspectos sociais específicos dos grupos que representam, ou, da mesma forma, fazer valer os direitos dos cidadãos ao Estado.

Benetatti (2013), sublinhou que,

[...] embora hoje a função do partido seja deturpada, seu aparecimento foi essencial para o aperfeiçoamento da democracia permitindo que a massa, antes excluída do sistema político, pudesse participar dele. Isso só foi possível com o surgimento dos partidos, em especial os partidos operários por meio das massas antes destituídas de representação, puderam interagir junto às instituições políticas. Antes dos partidos apenas uma minoria detinha o poder financeiro sendo um exemplo a imprensa que com o acesso à informação e a propaganda em mãos, manipulava e controlava a política. Outro fato importante a ser considerado é o modo como a educação e a instrução de um povo estão ligadas ao nível de democracia de um país. Mesmo porque num sistema pluripartidarista, os partidos possuem apenas um caráter formal, onde a massa sem instrução é usada apenas como manobra para beneficiar os interesses que eles representam, sendo também beneficiados. Há, portanto, o interesse na manutenção do poder político (BENETATTI, 2013, p.32-33).

É neste quadro que os partidos já bastantes modificados na sua essência desde a sua origem, que são frequentemente questionados em seu papel frente ao Estado, e principalmente quando esta divisão entre o partido e o Estado, parece ser tão pouco visível e tão pouco percebida aos olhos dos cidadãos.

Apesar da controvérsia, as organizações partidárias continuam mantendo a opinião pública principalmente a seu favor, embora com ressalvas. Segundo (La Palombara, 2007), “os partidos políticos estão em todos os lugares, não importa o formato de países, e os mais diversos sistemas políticos e governamentais. Mesmo ditaduras e agremiações totalitárias não isso seria possível se não tivesse pelo menos um partido político em sua estrutura” (LA PALOMBARA, 2007, p. 143).

Certamente que, as organizações partidárias reconhecem interesses, unem os cidadãos com as mesmas visões e objetivos, como orientar a expressão popular manifestada por meio de voto nas instituições públicas.

Segundo Sartori (1962), afirma que;

[...] a importância dos partidos na mobilização da sociedade e na participação política dos cidadãos, uma vez que a questão da participação também está conectada a diversos outros aspectos que vão além dos partidos em si, é fato que o nível dessa participação é um bom indicador da saúde e vitalidade da própria democracia. E a participação política dos cidadãos que pode ser diretamente alterada pela atuação dessas organizações, pela sua percepção pela sociedade, ou até mesmo no modo como a seleção de candidatos é realizada. Sem dúvida, trata-se de um contexto instrumental dos partidos, pois uma vez que as eleições são centrais nos processos democráticos e que os partidos têm o protagonismo neste processo, eles também colaboram na organização da complexidade da política, agregando informações a um sistema de confiança política e de avaliação do fenômeno político (SARTORI, 1962, p. 274-275).

Os partidos políticos ainda na Guiné-Bissau apresentam uma característica muito importante para esfera social e na democracia do país. A problema de legitimação e de representatividade, atualmente parece somente os partidos podem operar o sistema com a legitimidade necessária. “Além disto, ainda que outros tipos de organizações tenham tentado atuar politicamente no lugar dos partidos, o fato é que nenhuma delas obteve êxito” (SANTONO, KOZICKI, 2017, p.33).

Com isso, é perceptível que os partidos políticos estão consolidados nas democracias ocidentais e modernas, que não se trata unicamente de expulsá-los da dinâmica política e substituí-los por outros modelos alternativos. Na Guiné-Bissau é

difícil de imaginar uma maneira de conduzir a política sem que seja através dos partidos, sendo as dificuldades históricas do país para suprimi-los um indicador como central que eles são no governo dos Estados.

De acordo com García-Pelayo (1977),

não são somente os partidos em si que devem ser postos à prova quando se questiona o seu papel na democracia. As suas funções também devem ser objeto de análise. Estas consistem, teoricamente, na mobilização dos grupos sociais e na sua integração no processo democrático, canalizando a sua participação e diminuindo o desinteresse pela política a limites que a democracia não esteja comprometida. Além disto, também corresponde aos partidos a tradução das demandas sociais em programas de governo, com a expectativa de poder concretizá-los através dos poderes públicos (GARCÍA-PELAYO, 1977, p.75-80).

A citação referida acima por autor, coloca em relevo o papel das organizações partidárias, que não se limita a constituir o principal vínculo na relação entre a estrutura estatal e a comunidade, ou seja, a relação entre “sociedade política” e a “sociedade civil”, mas inclui estruturar a comunidade como único sujeito politicamente ativo, levando em consideração a complexidade sempre nas sociedades contemporâneas. Então, isso são papel dos partidos políticos, dentro de uma nação adotante pela democracia moderna.

Segundo Santano e Kozicki (2017), os partidos são responsáveis por identificar as necessidades do povo para assim poder representá-los nas instituições públicas, dentro do âmbito de governo ou em oposição, apesar do não monopólio dos partidos na representação, eles têm sua importância para o Estado, inegavelmente.

Djaló (2020), afirma que os partidos políticos são essencialmente grupos por meio de crenças compartilhadas sobre determinados objetivos do Estado, procuram se organizar para atingir esses objetivos especificamente. Nessa perspectiva, as organizações partidárias surgem como produto da própria sociedade, e lutam pela conquista e controle do poder estatal, ou seja, para Djaló (2020), tanto Estado quanto sociedade devem ser um processo de competição pelo controle político desse poder. Nesse caso, os partidos políticos se identificarão mais com a sociedade do que com o Estado.

A partir de ideia de Schmidt, (1980), em sentido amplo o partido político pode ser definido como um grupo de indivíduos que na sua união busca se inserir,

(...) na vida política, para poder dismantelar determinada instituição jurídico-política, ou implantar outra mediante a persuasão dos governantes, ou para influenciá-la mediante manifestações ou exposições de sua opinião na imprensa, em assembleias populares, ou pela influência nos órgãos representativos, ou pela participação nos cargos públicos, ou talvez pela violência das armas em guerras civis ou em revoluções (SCHMIDT, 1980, p.35).

Com essa afirmação do autor, pode-se reafirmar que os objetivos dos partidos políticos são como intermediadores essenciais ao processo de formação da vontade coletiva. Assim, o partido deixa de ser visto apenas como um organismo político primitivo e exclusivo, torna-se também uma pessoa jurídica, cujo efeito é necessário o reconhecimento jurídico para sua inclusão no jogo político de representação político-partidária do Estado. Mezzaroba (2001) reitera por meio dessas afirmações que, como os partidos políticos são constitucionalmente reconhecidos desde o século XX, eles têm uma função especial de realizar a representação política.

Por meio dessa perspectiva, o Estado precisa dos partidos, mas esses mesmos partidos também precisam conciliar com a sociedade, pois todos formam a nação que pode ser coerente, justa e honesta. Tendo em vista a relevância dos partidos para a democracia pois,

os partidos políticos também são considerados como instrumentos relevantes na função e manifestação da vontade popular, ao selecionar e permitir canais de comunicação entre a sociedade e o Estado. Esta tarefa é uma das principais das agremiações partidárias, já que devem agrupar a vontade popular para tentar transformá-la na diretriz do governo do Estado, requerendo para isto uma vontade permanente de concorrer às eleições, o que os coloca em uma posição privilegiada na disputa eleitoral (SANTANO E KOZICKI 2017, p. 18).

Nesse sentido, considera-se que os partidos identificam as demandas da sociedade e as representam frente às instituições públicas, seja através do seu papel de governo ou na oposição. É sabido que os partidos políticos não têm o monopólio da representação como já foi dito, e não se pode negar que o seu papel no Estado e na sociedade é extremamente importante.

Por isso, Santano e Kozicki (2017) fundamentam de forma bastante coesa tal participação e colaboração dos partidos políticos, como uma organização que complementa um ao outro, no sentido amplo que poderia ajudar a sociedade, tornando real representação da população de uma forma efetiva.

Sabe-se que a democracia não seria o que é se não fosse pela colaboração direta dos partidos. Por sua vez, é notório que os partidos não teriam a importância que têm se não fosse pelo regime democrático. Não se trata de ideias antagônicas, como às vezes pode-se pensar, mas são complementares, do mesmo modo que deve ser interpretada a relação dos partidos com a sociedade civil, que tampouco deve ser excludente. Agregando fatores para melhorar a sistemática política, como também revisando e atualizando a realização das suas funções na democracia contemporânea, é possível reverter este cenário e sepultar de uma vez por todas a expressão “crise dos partidos” (SANTANO, KOZICKI 2017, p. 12).

Apesar de todas as suas deficiências, os partidos políticos na Guiné-Bissau sempre foram considerados agremiações das instituições absolutamente indispensáveis para a construção democrática da nação. Para alguns autores como: (Key,1964, Sartori,1962, Mezzaroba 2001, e Sucuma, 2012), afirmam que os partidos são fundamentais para a democracia, pois, criam identidades políticas, estruturam escolhas eleitorais, recrutam candidatos, organizam eleitores, definem a estrutura política legislativa e determinam o rendimento do governo. O fato é que não há consenso sobre a validade, ou não, da generalização acerca do declínio da importância dos partidos políticos. Apesar das controvérsias, eles continuam sendo o mecanismo formal mais visível da ligação entre o Estado e o cidadão, entre os governantes e os governados.

De acordo com Key (1964), o funcionamento do partido pode ser analisado a partir de três perspectivas: “Partido no eleitorado; Partido como organização, e o Partido no governo”. Em cada uma destas esferas citado por autor demonstra que, o partido possui funções específicas a cumprir, o que a literatura aponta de fato são mudanças na concepção de partidos políticos e o seu papel no mundo contemporâneo.

[...] a) os partidos tem a função de simplificar as escolhas para o eleitorado e reduzir o custo da informação, educar os cidadãos, gerar símbolos de identificação e lealdade e mobilizar pessoas para participar da vida política; b) os partidos tem a função de recrutar lideranças políticas para ocuparem postos no governo, treinar elites políticas, articular e agregar interesses políticos; c) os partidos devem criar maioria, organizar o governo, implementar objetivos políticos, organizar discordâncias e oposições, segurar responsabilidades para as ações do governo, controlar a administração e manter a estabilidade do governo (KEY,1964, p.35).

Todas estas funções citadas por Key (1964), sofreram modificações nas democracias modernas, o passo que, na Guiné-Bissau os partidos agregam e apresentam

demandas da sociedade civil à burocracia estatal e, ao mesmo tempo constituem-se em agentes desta burocracia em defesa de políticas para o povo.

Mair (2003), mostra que,

[...] os partidos vêm-se obrigados a partilharem cada vez mais os seus programas e políticas e, uma vez no governo, a partilharem a sua implementação. Os floreios retóricos poderão talvez permitir ao eleitor distinguir entre os partidos de qualquer governo particular e os partidos da oposição, tal como as constantes críticas aos modos de governação, se não mesmo aos seus resultados, mas é hoje evidente que os grandes contrastes na prática política são cada vez mais difíceis de discernir. Assim, cada vez mais, os governos procedem na sua tarefa mediante a regulamentação, mais do que através da prática política partidária (MAIR, 2003, p.286).

As funções do partido político na democracia são de extrema importância, devido aos seus estatutos e a responsabilidade que ele carrega em si, como o caminho ideal para chegar a poder e representar o seu povo. Daqui se conclui que o papel mais significativo que poderá restar aos partidos no futuro próximo. E certamente o mais dominante, será de carácter procedimental. Para Mair (2003), aponta que, os partidos é o aspecto democrático da “democracia representativa”, mais do que o aspecto representativo, que provavelmente se tornará crucial, se bem que não de modo exclusivo. Quando os partidos políticos são criticados, é por sua falha representativa; quando são desafiados por novos movimentos sociais, protagonistas de políticas alternativas, ou seja, qualquer um, é sua competência como organizações. Por outro lado, ninguém, ou pelo menos nenhum democrata, tentou desafiar ou substituir o papel processual ou administrativo do partido é por causa desse recurso que as partes ainda são consideradas necessária entre sociedade e o Estado.

7 METODOLOGIA

As decisões sobre os processos metodológicos não são decisões autônomas e independentes, variam em função da natureza do problema em estudo. Deste modo, e considerado que pretendemos apreender e interpretar pensamentos e ação dos autores intervenientes no processo sobre papel dos partidos políticos, e procuraremos aferir da consciência dos mesmos, perante a origem e as funções da representatividade sobre o Estado. Portanto, a metodologia que será adotada para a elaboração deste trabalho assenta-se nas grandes linhas de orientação desenvolvidas pelo método de investigação em Ciências Sociais.

Buscaremos sustentar os nossos conhecimentos em quadros teóricos e metodológicos explícitos. Pois, não é nossa intenção alcançar verdade absolutas, mais antes, contribuir para a construção de uma nova síntese e com novas reflexões sobre o confronto da temática proposta.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa que aqui se pretende, é de natureza qualitativa e bibliográfica (FROTA & HAQUETE, 1987), histórica (GIL, 2002, TRIVINOS, 1987), e baseada em evidências documentais (MARCONI & LAKATOS, 2003). Por se tratar de uma pesquisa que coloca em relevo aspectos consideráveis da histórico e o papel dos partidos políticos na Guiné-Bissau.

A pesquisa histórica contempla a análise da produção bibliografia do Instituto Nacional de Pesquisa da Guiné-Bissau- INEC, voltada a esta temática. A pesquisa documental serve-se, também de documentos públicos como:(Jornais, revistas relatórios, cartas, etc), este material será usado para compor uma análise, confrontado de dados qualitativos.

Nesse caso, pode-se insistir na afirmação de Dalfovo, Lana et al (2008).

[...] a pesquisa qualitativa é de grande importância no diz a respeito ao fornecimento dos dados qualitativos. Ainda nessa ideia, compreende-se que isto é, a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise são baseadas em evidências documentais (DALFOVO; LANA; et al, 2008, p.9).

No entanto, vale salientar no que, se refere aos procedimentos metodológicos desta pesquisa, haverá o compromisso com a preservação dos dados de identificação,

desse modo, algumas técnicas para recolhimento de dados, entre eles, além da revisão bibliográfica através Instituto Nacional da Estatística e Censo INEC, e livros, dissertações, teses e artigos, entrevistas de tipo etnográfico, aqui uma ferramenta de coleta de dados e um foco implicações para a especificidade das discussões sobre papel dos partidos políticos na Guiné-Bissau.

Com base nesse entendimento, estratégias metodológicas em termos de fenomenologia, pretendemos entrevistar cada dirigente dos partidos políticos guineense, no qual o seu papel como sendo um político, e também representante da sociedade civil. Nessa lógica, a autoidentidade e o status social do agente serão levados em consideração, de modo que a pesquisa possa ter maior relevância. No entanto, essa pesquisa se dará de maneira análoga ao levantamento bibliográfico sobre o assunto, que já está sendo feito desde o início da pesquisa, por fim, será feita análise dos dados obtidos em cada etapa da pesquisa.

REFERÊNCIAS

AMADO, Leopoldo. Guiné-Bissau: **30 anos de independência**. Africana studia, nº8, 2005. Edição da Faculdade de Letras do Porto.

BARBER, Nicholas W. **Populist Leaders and Political Parties**. In German Law Journal April, 2019: p. 129-140.

BENETATTI, José Antônio Barbosa, Bluntschi. **Os partidos políticos na construção democrática no Brasil**. Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis. Assis, 2013

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro. Ed. Elsevier, 2000.

CARDOSO, Carlos. **Transição Democrática na Guiné-Bissau um parto difícil**. Instituto nacional de estudos e pesquisas, Bissau, 1995.

CERRONI, Umberto. **Teoria do Partido política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira e Silva Anette Kneip. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982

DAALDER, Ivo H. and LINDSAY, James M. **America unbound**. Washington: **Brookings Institution**. 2003. Acesso em: 08 dez. 2021.

DAHL, R. A. Poliarquia: Participação e Oposição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos Quantitativos e Qualitativos**: um resgate teórico. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v. 2, n. 4, p. 1-13, 2008. Disponível em: **Acesso em**: 20 set. 2022.

DJALÓ, Mamadú. **Processo de democratização da Guiné-Bissau (1991-2019)**. Set. Campo de Malês, 2020.

DUVERGER, Mauri ce. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1970.

GARCÍA-PELAYO, M. **Las Transformaciones del Estado Contemporáneo**. Madrid: Alianza, 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.
HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987

INEC. **Guiné-Bissau em números**. INEC, 2009.

KEY, V. O. **Politics, Parties & Pressure Groups**. New York: Thomas Y. Crowell Co., 5th ed., 1964

KOUDAWO, Fafali. Cabo Verde e Guiné-Bissau: **da democracia revolucionaria à democracia liberal**. Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa, Bissau, 2001.

LA PALOMBARA, J. **Reflections on political parties and political development**, four decades later. *Party Politics*, v. 13, nº 2, p. 141-154, 2007.

LAMOUNIER, B.; MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MAIR, Peter; CABRAL, Rui. **Os partidos políticos e a democracia**. *Análise social*, p. 277-293, 2003.

MARCONI M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003

M'BUNDÉ, Timóteo Saba Almanaque de **Comportamento Partidário e Cíclica Interrupção da Democracia na Guiné-Bissau**, revistas <<https://doi.org/10.25193//iissn2526-8066.v1.n2.a3>>_2015. Acesso em: 18 nov. 2021

MELO, C. R. Nem tanto ao mar nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. Acesso, 24 maio 2022.

MEZZAROBBA, Orides. A democracia, os partidos políticos e o Estado. **Revista Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, p. 29-44, 2001.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

PANEBIANCO, A. **Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ROBERT MICHELS, **Revista Teoria & Pesquisa**, v. 03, n. 1, 2021, p. 128-151. DOI: <<http://dx.doi.org/10.31068/tp.29106>>_. Acesso em: 19 dezembro. 2021.

SANTANO, Ana Claudia; KOZICKI, Katya. **A democracia, a sociedade e os partidos políticos: uma análise da eventual existência de uma crise das organizações partidárias**. *REVISTA QUAESTIO IURIS*, v. 10, n. 3, p. 1271-1295, 2017.

SANTOS, Daniel dos. **Economia democracia e justiça em Angola: o efêmero e o permanente**. *Revistas de estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, a n. 1, p. 99-133, 2001. SARTORI, G. **Teoria Democrática**. [s.l]: Fundo de Cultura Brasil/Portugal, 1962.

SCHMIDT, Richard. **Los partidos com fuerzas formadoras de Estado**. In: LENK, Kurt, 1980.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro Zahar, 1984.

SOUSA, Marcelo Rebelo de. **Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português**. Braga: Livraria Cruz, 1984.

SUCUMA, Arnaldo. **Breve histórico sobre a construção do estado da Guiné-Bissau.** Cadernos de História UFPE, v. 9, n. 9, 2012.

TRIVINOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.